

6

**Dando
tratos
à bola:
futebol
e Brasil**

LEONEL KAZ

PAULO COSTA E SILVA

RESUMO

Inicialmente um esporte de elite, o futebol logo foi “tomado” pelas classes mais populares. Incorporado a um caldo de cultura de base negro-mestiça que operava à margem da sociedade “oficial” – das esferas da política, da cidadania e do mercado –, o futebol foi reinventado a partir de um outro tipo de inteligência corporal. Ao mesmo tempo, ativou as forças da tradição oral e da emergente cultura de massa, tornando-se uma poderosa narrativa mítica do país. A partir dos anos 1930, o esporte de tal modo se emaranhou com o mito moderno da nação popular e mestiça, que acabou se tornando esse mito. Operando no registro da simultaneidade, suas lendas de fracasso e conquista passaram a atizar os medos e desejos coletivos, definindo dentro de campo, em jogadas e gols, as possibilidades do país como nação e do brasileiro como povo.

Palavras-chave: futebol, imaginário, inteligência corporal, mestiçagem, mito.

ABSTRACT

Football, an elite sport in its early days, was soon “taken up” by lower classes. Incorporated into a melting pot consisted mainly of black and mixed-blood people living outside the “official society” – the political, citizenship and market domains – football was reinvented from another type of body intelligence. At the sametime, it set in motion the forces of oral tradition and of the emergent mass culture, and has become a powerful mythical narrative of the country. From the 1930s on, the sport has intertwined with the modern myth of the mixed-race people’s nation to such an extent that it has become the myth itself. Acting simultaneously, its legends of success and failure have aroused collective wishes and fears; and they bring forth inside the field, through plays and goals, the possibilities for the country as a nation and for Brazilians as a people.

Keywords: *football, imagination, body intelligence, miscegenation, myth.*

A

esta altura do campeonato já não é mais possível pensar no Brasil sem levar em conta o futebol. Sem levar em conta a amplitude de um mito que, como na poética de Fernando Pessoa, “aqui aportou” e “por não ter vindo foi vindo/ e nos criou”. Sim, o futebol se tornou, no século XX, uma instância decisiva de nossa verdade dada e criável. “Assim a lenda se escorre/ a entrar na realidade,/ e a fecundá-la decorre”. Foi um magnífico encontro: futebol e Brasil parecem ter sido feitos um para o outro. Mas, antes que se pense que tal encontro transcorreu de forma suave e natural, é preciso lembrar que ele não nos foi dado, mas conquistado. O futebol, esse país que existe em nós e que aterrissou no Brasil no final do século XIX, talvez seja uma das raras batalhas em que o povo brasileiro entrou e ganhou. Tomou o esporte para si e o transformou em sentido de arte e estética.

Quando trazido da Europa, em 1895, pelas mãos – e pés – do descendente de ingleses Charles Miller, o esporte ficou recluso à parcela mais abastada da população. Miller, então com 20 anos, era filho de um engenheiro da São Paulo Railway, a companhia ferrocarril que ligava o planalto paulista ao litoral. Ao introduzir o esporte, já difundido na Inglaterra, entre conhecidos seus e de seu pai, calhou de formar times com jogadores de uma elite, portanto, brancos. Em seu início, o futebol servia como vitrine de um modo de vida euro-

peizado, cosmopolita – um índice do que se propagava à época como “civilização e progresso, além de um traço de distinção social. Os bem-nascidos o pegaram para uso exclusivo. Jogavam com roupas de seda. A plateia era formada por elegantes homens de cartola e mulheres de chapéu. O escritor Arthur Azevedo, assistindo pela primeira vez a uma partida de futebol, em 1907, afirmava ter passado “uma hora divertidíssima”, empolgando-se com a “arribancada elegante” e com a presença no estádio de “muita gente, muita, e da melhor”. Leia-se: os endinheirados – brancos, portanto.

Recém-abolida a escravidão, no início do século XX o grosso do povo brasileiro não tinha nada. Tinha apenas o seu corpo e a rua. O país dos capitães hereditários e dos patriarcas da cana-de-açúcar era o mesmo dos barões do café que, em 1888, haviam imposto a Abolição à princesa Isabel, interessados que estavam em não mais sustentar escravos, pois uma leva de imigrantes europeus trazia mão de obra qualificada e ainda mais barata. A Lei Áurea abolia a escravidão sem que houvesse qualquer projeto de integração social para o imenso contingente de ex-escravos. Só para se ter uma ideia, no ano de 1850, não tão distante da Abolição, o censo da cidade do Rio de Janeiro contava nada menos do que 80 mil escravos numa população

LEONEL KAZ é curador do Museu do Futebol.

PAULO DA COSTA E SILVA é doutor em Letras pelas universidades PUC-Rio e Paris VII (Diderot).



O time do São Paulo Athletic – capitaneado por Charles Miller (com a bola) – era todo formado por descendentes de ingleses. Considerado pelos historiadores como o “pai do futebol

brasileiro”, Miller foi estudar na Inglaterra, de onde voltou em 1894 trazendo as duas primeiras bolas de futebol. Dois anos depois, ao descrever o jogo, um jornalista, perplexo com a

novidade, escreveu que “é motivo de grande satisfação ou de imenso sofrimento para eles (os jogadores) quando esse tipo de bexiga amarelada entra num retângulo formado por postes de madeira”



total de 200 mil habitantes – a maior concentração urbana de escravos desde a Antiguidade, como nos informa o historiador Luiz Felipe de Alencastro. De uma hora para outra, essa vasta camada da população foi simplesmente abandonada à própria sorte. Tal desigualdade estrutural entrou pela República adentro e com ela se fundaram clubes de elite no Rio e São Paulo. O contraponto da elegante plateia do Fluminense – o primeiro estádio a ser construído, na então capital federal – eram os pés descalços de negros e mestiços que só podiam assistir do alto dos morros ao que se passava nos estádios.

E não eram apenas os fardos históricos, sociais e econômicos que pesavam sobre os negros e mestiços naquele tempo. Havia também o “racismo científico”, que grassou na segunda metade do século XIX em duvidoso solo racionalista, sustentando moralmente as infâmias do imperialismo europeu. Estavam em voga as teorias de “embranquecimento”, segundo as quais o país só se salvaria quando a população se tornasse mais alva e, em última instância, mais europeia ou “civilizada”, como se costumava dizer. De acordo com essa visão, era preciso curar o Brasil de si mesmo: “consertar”, com as ferramentas da civilização moderna, um país marcado por seduções irrecusáveis, por males como a indisciplina cultural e a frouxidão social. E o futebol seria, justamente, uma dessas ferramentas, tornando-se um modelo de desenvolvimento moral. As elites passaram a ver no esporte uma forma de vencer “a preguiça natural dos brasileiros, iniciando o *tratamento higiênico* de nosso povo”. Um articulista do jornal *O Malho* louvava, em 1905, “o espírito de disciplina” do jogo, baseado na “obediência absoluta que a cada jogador é imposta para com o seu comandante”, e também “o espírito de decisão e iniciativa inteligente que o jogo sugere pelo imprevisto das peripécias, o desprezo dos perigos que ele exalta, o estoicismo que inspira por algumas de suas consequências e finalmente o admirável espírito de solidariedade e de abnegação que exige de todos os seus adeptos”.

O mais curioso é que, de acordo com o espírito da época, o então sofisticado e nobre esporte bretão deveria não apenas “civilizar” o país, mas demonstrar a superioridade da elite que o praticava. Diante de negros e mestiços que agora tinham liberdades, os brancos queriam justificar fisicamente a condição privilegiada, mostrando que, a despeito de terem corpos delgados, poderiam ser os grandes atletas olímpicos. No livro

Footballmania: Uma História Social do Futebol no Rio de Janeiro (1902-1938), Leonardo Affonso de Miranda Pereira assim resume a situação:

“Desde o final do século XIX, quando a ideologia de dominação senhorial que sustentava e legitimava a desigualdade e a dominação dos senhores sobre os seus dependentes dava os seus primeiros passos de deterioração, os círculos senhoriais começavam a procurar novos meios de justificar sua superioridade sobre a massa de negros e pobres que se espalhava pelas ruas da cidade. Proclamada a República e extinta a escravidão, esta parecia ser uma questão crucial para esses grupos endinheirados – que buscaram, por isso, diferentes meios de respondê-la. O esporte aparecia, a partir das formulações das teorias higiênicas, como uma solução perfeita: afirmando a superioridade ‘natural’ dos indivíduos adeptos de uma boa educação física sobre aqueles que mantivessem seu apego à preguiça e ao marasmo que seriam uma das marcas do caráter nacional, dava aos jovens elegantes a oportunidade de buscar, nos campos, a justificativa moral para sua superioridade que se perdera no final do século XIX. Excluídos desses clubes, os trabalhadores continuariam condenados à degeneração física e mental, distanciando-se cada vez mais dos corpos bem-educados e fortes dos jovens *foot-ballers*”.

A mesma vontade de higienização baseada em pressupostos de distinção, de separação, se manifestaria nas reformas urbanas que buscavam modernizar a então capital federal. Empreendidas pelo prefeito Pereira Passos no início do século XX, tais reformas se davam no sentido de glamourizar, afrancesar (depois, viria o termo copacabanizar) a cidade. A construção da Avenida Central, da qual tão pouco resta da centena de prédios erigidos, teve seu apogeu na inauguração do Theatro Municipal, na data nacional da França, o 14 de julho (no caso, de 1909), com discurso proferido – em francês! – por Olavo Bilac. Os trópicos estavam possuídos da febre de edificações que “saneavam” os cortiços do Centro da Cidade, e jogavam as populações pobres para as periferias. As reformas do Centro prolongaram-se na ocupação do balneário de Copacabana nos anos 1920, que delimitou geográfica e imaginariamente o espaço de uma Zona Sul moderna, criando, assim, também o seu oposto: o subúrbio. A partir daí, o termo “subúrbio” ganhou uma inequívoca carga negativa, passando a significar bem mais do que

o simples arredor da cidade, composto por desprestigiados bairros ferroviários e populares, esquecidos do poder público. Tornou-se a “antítese da cidade moderna que vinha sendo edificada há alguns quilômetros dali”, nas palavras de Leandro Soares dos Santos. E “suburbano” seria o termo para designar um contraponto ao civilizado e chique dos bairros nobres.

O cerco parecia fechado. O Brasil mestiço, que era farto na rua, não podia existir dentro das quatro linhas do campo, onde se queria expor uma vitrine europeizada e, portanto, equívoca do país. Por certas filigranas semilegais, até a década de 1920, negros eram impedidos de jogar ou mesmo torcer pelos times – que tinham sempre origem grã-fina, com nomes em inglês, como o Sport Club Corinthians Paulista e o Fluminense Football Club. Criavam-se estatutos que proibiam a presença de “trabalhadores braçais” entre os frequentadores. Com isso, padeiros, marceneiros, açougueiros, enfim, o grosso dos brasileiros (como origem: aqueles trabalhadores que carregavam o pau-brasil às costas) estava excluído da vida social. Continuávamos sendo um país de retóricos, de homens nobres e “livres”, de onde, segundo parece, saiu o nome de “liberais” dado a determinadas artes em oposição às mecânicas, que pertenceriam às classes servis. Sérgio Buarque de Holanda, em seu *Raízes do Brasil*, assim definia, em 1936, essa situação que permanece aderente a nosso cotidiano:

“O trabalho mental, que não suja as mãos e nem fatiga o corpo, pode constituir, com efeito, ocupação em todos os sentidos digna de antigos senhores de escravos e dos seus herdeiros. Não significa amor ao pensamento especulativo [...] mas amor à frase sonora, ao verbo espontâneo e abundante, à erudição ostentosa, à expressão rara. É que para bem corresponder ao papel que, mesmo sem o saber, lhe conferimos, inteligência há de ser ornamento e prenda, não instrumento de conhecimento e ação”.

O inevitável, contudo, terminou ocorrendo. Jamais no Brasil, desde os colonizadores portugueses, conseguiu-se impor uma linha divisória entre a cultura da elite dominante e a cultura dos dominados. Antes, a história não se cansa de mostrar que muito do que aqui se criou de relevante passou pelas reversões entre “alta” e “baixa” cultura. Reversões encenadas na palavra e no corpo, no confronto e no contraponto real e imaginário de origem étnica e cultural. Em poucas



Um torcedor chega para assistir ao *foot-ball* na Chácara White, atual Esporte Clube Pinheiros, São Paulo, no início do século XX

manifestações isso ganhou tanta clareza e intensidade quanto no futebol. As cidades começaram a crescer, o país a se industrializar. Os mestiços, os imigrantes mais humildes e os negros passaram a trabalhar nas fábricas, nas lojas das cidades. Saíam das ruas para as várzeas, das fábricas para os campinhos. Os subúrbios das cidades, com seus terrenos baldios, ruas de terra e matagais, tornaram-se o laboratório dos “pela-deiros”, que aos poucos iam recriando em curvilínea “dança dionisíaca” o “jogo britanicamente apolíneo”, nas palavras de Gilberto Freyre. Em 1927, todas as proibições caíram por terra (finalmente, os negros foram aceitos profissionalmente no futebol). Entraram em cena os melhores, não importando a origem nem o berço. Não se ganhava campeonato com times só de brancos. As cores começaram a se misturar em campo. O rapaz branco, educado, de boa família, tinha de competir em condições de igualdade com o analfabeto, o pé-rapado, o preto e o mulato. A dimensão do

jogo, da disputa em campo, criava um plano potencialmente democrático em um esporte que foi, a princípio, destinado somente às elites brancas e “civilizadas”. A arraia-miúda tomou o jogo para si e o transformou no esporte de massas do Brasil.

Nos subúrbios o interesse pelo futebol foi amplificado. O Bangu, o Maria Angu Foot-Ball Club, o Bonsucesso, o Cascadura F. C., o Campo Grande F. C., o Del Castilho, o Engenho de Dentro, o Primavera F. C. (Campo Grande), O Ilha F. C. (Guaratiba), o Sport Club Nacional (Encantado), o Bahia F. C. (Cascadura), o Madureira – foi com esses clubes, compostos de operários em sua maioria, que o futebol finalmente começou a assumir uma feição popular. Junto com a música popular ele se tornaria o campo por excelência para a ascensão social negro-mestiça e para o desrespeito de nossas matrizes africanas. Pelé, Garrincha, Didi, Nilton Santos, Jairzinho, Romário, Ronaldo, Neymar: no panteão do futebol brasileiro, os deuses são, em sua maioria, pretos e mulatos. Verdadeiros heróis nacionais, suas narrativas vitoriosas, seus balés corporais ofereceram modelos capazes de sustentar a autoestima dos filhos da escravidão no Brasil. Como escreveu Mário Filho, “Pelé completou a obra de Princesa Isabel”. Pela primeira vez a ralé de negros e mestiços vislumbrava a possibilidade de um destino glorioso no qual podiam se reconhecer.

O **IMAGINÁRIO E O CORPO** Um dos fatos mais notáveis durante a realização do projeto, a partir de 2006, do Museu do Futebol (localizado no estádio do Pacaembu, em São Paulo), foi a convicção de que não faz sentido mostrar, visualmente, gols. O importante é recontá-los. O futebol vai além da objetividade da visão imediata: liga-se decisivamente ao nosso imaginário vivo. A graça de uma linda jogada ou de um belo gol não se esgota no testemunho ocular, mas se estende, infinita, pelas conversas, relatos e comentários que tentam reconstituir a mágica de um momento fugaz. O que acontece num campo de futebol é amplificado em todas as direções, passando a habitar o tempo da memória. Repercutindo e enriquecendo-se incessantemente a partir da capacidade humana de ordenar eventos e percepções através de narrativas. Narrativas que eternizam determinados feitos heroicos, lances dramáticos, fugidios e poderosos momentos de beleza, fazendo com que fiquem para sempre marcados no imaginário que nos constitui. Quanto mais intenso tiver sido o momento, maior será o prazer da rememoração. Contar um jogo é construir uma fábula. Como a derradeira frase do velho jornalista, no filme *O Homem que Matou o Facínora*, de John Ford, que ensina ao jovem repórter: “Se a lenda é mais forte que a história, publique a lenda”. E a narrativa da lenda é tão forte que poderíamos dizer que o futebol é também o campo da palavra – da palavra viva, corporal, pulsante, encharcada de afeto, decisivamente tingida pela singularidade da experiência.

As pessoas não assistem ao futebol, mas o vivem; todos estão em campo. O futebol é uma dramatização, um ritual coletivo. Um envolvimento emocional. É como se as demandas de fantasia e desejo coletivo fossem individualizadas por meio do corpo vivo de cada jogador em movimento. Torcedores e jogadores identificam-se tão intensamente que geram algo semelhante a uma *participation mystique* – o conceito criado pelo antropólogo Lévy-Brühl para descrever uma relação na qual as partes estão de tal modo envolvidas que chegam a ignorar a existência de uma separação entre elas. Tal conexão vital é descrita por Nicolau Sevcenko (1994, p. 36) nos seguintes termos:

“Torcer implica uma tremenda descarga nervosa, com grande controle físico. No campo, o jogador se alimenta dessa descarga para aumentar a eficácia de seu dispêndio físico. Na plateia, o torcedor frui o de-

sempenho físico do jogador para levar ao clímax sua descarga nervosa: gooooooool!!! Na língua portuguesa, aliás, esse elemento de tensão fica claramente evidenciado pela denominação dada à criatura: torcedor, aquele que torce, que se retorce, se contorce, como se seu corpo fosse uma caixa de ressonância reproduzindo e ampliando cada movimento, gesto, esforço, violência ou façanha desempenhada no campo diante de si, de tal maneira que esse efeito de ampliação realizado pelo seu corpo retorne e multiplique as energias dos times em campo. Tanto os jogadores como os torcedores sabem disso e o sentem, mantendo-se numa cumplicidade de correspondência durante toda a disputa, como se ao fim e ao cabo fossem todos uma única criatura de proporções gigantescas”.

É por isso que a narrativa do futebol jamais deve ser confundida com uma simples transferência de informação. Quando *contamos* o futebol, pouco importam os dados objetivos de uma partida. O essencial está mais recuado e não pode ser alcançado pela impessoalidade de números e estatísticas. O futebol é um esporte que lida incessantemente com a tensão (e não raro a discrepância) entre a realidade do placar e o que *realmente* aconteceu em campo. Ele é menos sujeito aos critérios objetivamente cumulativos que orientam outros esportes que contabilizam pontos. Nele, o peso da pontuação é tão brutal que o torna perigosamente suscetível aos golpes do acaso. Não é, talvez, como o basquete, em que, como disse a jogadora Hortência, “o melhor vai lá e ganha”. Pode até ser que isso aconteça. Mas não raro o melhor em campo sai como perdedor. Um time domina a partida mostrando-se imensamente superior ao adversário, mas não consegue marcar um mísero gol; no último minuto, contudo, por vacilo ou azar, sofre um. E pronto. Quantas vezes não presenciamos semelhante situação em uma partida de futebol? Quantas vezes, após uma derrota, não nos surpreendemos no movimento especulativo de pensamentos compensatórios, do tipo “e se o Zico não tivesse perdido aquele pênalti?”. Um minúsculo lance, um ínfimo imprevisto, e tudo pode mudar. Trata-se de um esporte com extrema maleabilidade narrativa, capaz de abarcar do épico (o Santos de Pelé, o Barcelona de Messi) ao trágico (a Copa de 1950, a seleção de 1982). Sob muitos aspectos, o futebol tem pouco apreço pelas noções de justiça e mérito. Jogadores podem ter mérito, mas a partida em si é um campo demasiadamente aberto às intempéries do acaso para acatar tamanho comprometimento.



O regulamento imposto aos sócios dos grandes clubes resguardava as arquibancadas do estádio à elite. O resto da população era obrigada a acompanhar os jogos de fora, no cocuruto dos morros que circundavam os campos. Em 28 de outubro de 1905, o jornal *O Malho*, do Rio de Janeiro, comentou: “Verdadeiros *habitués* dessas torrinhãs ao ar livre, a travessa gurizada, a que se juntam bastantes marmanjos e até famílias, interessa-se por esse violento *sport*”. Acima, os cariocas, no penhasco, acompanham o jogo entre Squadra Nazionale Italiana e um combinado América-Fluminense, em 1914

Tudo no futebol parece resistir a um domínio completo. Por isso talvez seja jogado com os pés, e não com as mãos – o mais poderoso instrumento de domínio sobre a face da Terra. Mesmo o campo onde o jogo acontece reproduz essa abertura ao inesperado, sendo um vasto terreiro de credices, úmido, poroso, elástico, onde tudo se mistura e se dissolve: o cuspe, o suor, o sangue, a chuva. O culto das manias – goleiros

beijando as traves, benzendo a rede; jogadores orando à grama, conversando com a bola – é a prova cabal de que estamos em um terreno no qual os imperscrutáveis desígnios do destino contam mais do que tediosas previsões lógicas. O futebol resiste ao óbvio, ao que é inteiramente determinado – ao controle. Torna-se, assim, estranhamente parecido com a vida. É possível que venha daí a tão propalada tensão entre o futebol e o “real” – se tomarmos este último como espaço determinado por leis intransponíveis, por obrigações e por fatores de ordem objetiva. Espaço de cerceamento e de regras. Sobretudo, espaço do tempo cronológico.

O futebol se profissionalizou, mas manteve, ao mesmo tempo, uma relação frouxa com tais fatores limitantes. Parece desenvolver-se de modo relativamente livre, sendo apenas eventualmente tocado pela mão pesada da realidade. É um dos únicos esportes, por exemplo, em que uma jogada vale pelo que representa em si, sem necessidade de ser convertida em ponto, contabilizada em vitória. Como naquele famoso drible de corpo de Pelé no goleiro Mazurkiewicz, do Uruguai, durante a Copa de 1970, que não se realizou em gol. Qualquer brasileiro que assiste ao drible de



ICONOGRÁFIA

Pelé tem, até hoje, a esperança vã de que o gol venha a ocorrer. Mas pouco importa que o gol não tenha acontecido, pois a promessa de beleza trazida na jogada tornou-se maior do que a concretização de um ponto no placar. Em outras palavras, o futebol não se deixa reduzir a uma lógica puramente quantitativa. O pensamento lógico, generalizante, diz que todos os gol valem um ponto no placar, mas a experiência concreta diz que nenhum gol é igual ao outro. Como dizia Nelson Rodrigues (1994), “azar da lógica”. Nas palavras do cronista Armando Nogueira (2003), “o futebol não convive bem com a realidade pura e simples. Prefere o delírio, a fantasia, a mentira vestida de verdade”. Talvez venha daí um pouco do desprezo que nós, brasileiros, devotamos aos juízes, pois eles encarnam a dimensão da lei, das regras, de tudo aquilo que não pode, a princípio, ser driblado. Eles são o princípio castrador em um mundo irresistivelmente dominado por impulsos infantis. Como a figura mais poderosa em campo – capaz de paralisar jogadas, anular gols, marcar pênaltis, interromper partidas, expulsar, absolver, condenar, dono da bola e do tempo –, o juiz é tratado com desdém. É desprezado pelo jogador, execrado pelo técnico, maltratado pela torcida. Diante do olhar apaixonado que o futebol provoca, o juiz é visto como

A exemplo do presidente Vargas, o Pai dos Pobres, e de Orlando Silva, o Cantor das Multidões, Leônidas da Silva, o Diamante Negro (que daria nome ao chocolate), foi um ídolo nos anos 1930 e 1940. Em jogo pelo São Paulo, Leônidas colocou o futebol de pernas para o ar ao executar a bicicleta, jogada que o caracterizou. Antes de integrar o futebol paulista, ele havia sido artilheiro da Copa de 1938, na França, e ajudado o Flamengo a conquistar o Campeonato Carioca de 1939. Ao chegar a São Paulo, em abril de 1942, Leônidas foi recebido por 10 mil pessoas na Estação da Luz. Levado à sede do clube nos braços da torcida, o jogador teve que ser protegido pela Polícia Militar, que, eufórica, misturava-se à massa de fãs

o menos metafísico dos homens, como uma espécie de “bobo da corte” em meio à realeza em chuteiras. Nelson Rodrigues, com sua ironia, disse que “a arbitragem normal e honesta confere às partidas um tédio profundo, uma mediocridade irremediável”, e completou: “só o juiz gatuno, o juiz larápiao dá ao futebol uma dimensão nova e, se me permitem, shakespeariana”.

Tudo isso atenta para o fato de que a matriz de nosso futebol deita raízes profundas no universo lúdico e gratuito do peladeiro. Um universo que pulsa ao ritmo de um mundo pré-moderno, anterior ao apito da fábrica e indiferente à precisão cortante do cronômetro. Mundo de tempo viscoso, “maravilhosamente elástico” – como a descrição que um cronista fez dos movimentos do craque Leônidas da Silva, o criador do primeiro “gol de bicicleta”. Tempo que encontra o seu equivalente espacial na vaga geometria dos campos improvisados, desimpedidos de linhas demarcatórias, contando apenas com a sugestão frágil da linha do gol. O espaço da pelada é o espaço imaginário onde se joga um futebol sublimado, liberto de tudo aquilo que não é o gozo, o delírio e a invenção. Nem o placar conta muito: o que vale são as jogadas inesquecíveis e a repetição sem tédio do momento sublime do gol. Desse espaço saíam monstruosos dribladores, gênios inventores de possibilidades impossíveis com a bola nos pés. Jogadores que, ao invés de quererem controlar todas as situações, sabem aproveitar os lances do acaso, incorporando-os no próprio jogo, criando livremente a partir dos pequenos acidentes que cada instante propicia. Verdadeiros mestres do movimento, dotados de uma percepção anticartesiana, não linear, altamente inventiva, do espaço e do tempo – sincopada como os dribles rítmicos de Garrincha, sempre para a direita, mas sempre inesperados. Craques que souberam incorporar à sua técnica “o pé ágil mas delicado” do capoeira e do dançarino de samba, conforme escreveu Gilberto Freyre. Foi isso o que aconteceu quando a bola e os princípios mais elementares do esporte bretão foram incorporados por uma cultura que operava com as sobras. Uma cultura que converteu o fio da navalha entre inclusão e exclusão, como que delineando a clara relação que existe entre os fundamentos físicos e psíquicos do futebol e da música popular.

Foi o corpo mestiço, de base quase invariavelmente negra, que reinventou o futebol inglês no Brasil. Corpo criado nos meneios e gingas das rodas de capoeira e de samba, e que fez com que o dramaturgo Nelson Rodrigues escrevesse que “um simples drible de Didi nos desperta a nostalgia de gafeiras eternas”. Moleques e malandros foram imprimindo no retilíneo esporte bretão uma marca tropical. Um jeito de jogar que vinha da inteligência corporal específica de nossa formação. Tudo isso como o índice de um corpo popular livre e bailador, afeito às curvas, às volutas e aos efeitos retóricos que marcaram desde cedo nossa

sensibilidade barroca. Pois, como escreveu o antropólogo Antônio Risério (2007), “os nossos processos sincréticos tiveram seus dias inaugurais em pleno império da cultura e da sensibilidade barrocas, que, atravessando como linha de fogo o arco dos séculos, marcariam para sempre as criações brasileiras. Na arquitetura, nas artes plásticas, na música, na literatura, na culinária, no carnaval, no cinema e no futebol”. Mas acima de tudo, um corpo que guardou, desde o início, um surpreendente instinto estético; um compromisso com a beleza.

O futebol se tornou um dos locais privilegiados no qual a cultura brasileira presta contas a si mesma. Instaurou entre nós uma cidadania fundada na emoção. Colonizou de tal modo o nosso imaginário que o calendário afetivo da nação passou a se articular não em torno de grandes datas da história oficial, mas da recorrência cíclica de Copas do Mundo. De grandes e inesquecíveis episódios vividos em partidas e campeonatos. Episódios que continuam sendo lembrados em narrativas coletivas que ultrapassam o relato individualizado, adentrando, portanto, o território do mito – e Claude Lévi-Strauss (2004) escreveu que “os mitos não têm autor; a partir do momento em que são vistos como mitos, e qualquer que tenha sido a sua origem real, só existem encarnados numa tradição”. Repetimos a lenda, o delírio e a mágica que o futebol desencadeia em cada relato que fazemos de uma partida, tenha esta ocorrido há dez, vinte, cinquenta anos. Mesmo que não o tenhamos visto, aquele jogo reaparece límpido como a “verdade absoluta” do que dele ouvimos, contado de geração a geração. “O encanto do futebol está em fazer parte de um momento datado, único e determinado. É essa condição temporal, essa história vivida e compartilhada, que está no princípio da popularidade do futebol. A possibilidade de transformar um ato em feito do passado, em patrimônio comum”, escreveu Hélio Sussekind (1996). Assim como acontece com a canção brasileira, o futebol aciona a força da tradição oral em um país que jamais passou pela fase do letramento das massas. Sua dimensão mítica se desenvolve livremente sobre um terreno altamente propício, o do imaginário popular.

No Brasil, o mito do futebol nasceu junto com outro mito do qual não pode se desvencilhar. Há uma coincidência histórica que marcou para sempre o seu DNA, configurando decisivamente o seu peso no imaginário da nação. É que ele surgiu como potência e

diferença justamente no momento em que se articulava, no país tardo-escravocrata, a nova imagem, partilhada por intelectuais da elite e pelo povo, do Brasil moderno, popular e mulato. Seria pouco dizer que o futebol, junto com a música popular, tornou-se a partir daí um dos pilares fundamentais desse mito. Melhor seria dizer que ele se confundiu de tal modo com esse mito que o mito *passou a ser ele*. É nesse sentido que, para os jovens de 1950, “a afirmação do Brasil como nação e do brasileiro como povo dependia do que se fizesse numa Copa do Mundo” – nas palavras de João Máximo (2006).

A narrativa de futebol é uma tradição oral em um mundo da informação, sua linguagem não dissocia passado, presente e futuro. Habitando o território mítico da simultaneidade, suas lendas de fracasso e conquista continuam atizando nossos medos e desejos. A “nossa Hiroshima psíquica”, nas palavras de Nelson Rodrigues, continua a ser o trauma de 1950, anunciado um dia após na manchete da *Gazeta Esportiva*: “Nunca mais... nunca mais...”. Eram os ecos da nação vira-lata eternamente condenada ao infanti-

lismo anárquico tão típico do país que ainda somos, condenados a tudo fazermos segundo “as paixões momentâneas”, como enunciado por Sérgio Buarque de Holanda (1995). Por outro lado, a revelação fulminante do futebol de Pelé e Garrincha em 1958, da associação intensa entre beleza e eficácia – “os cinco minutos mais sublimes da História do futebol”, nas palavras do maior cronista esportivo da França naquela época –, continua calando fundo em nosso imaginário. Ela lançou (e continua lançando) a promessa de realização sublime do povo colonizado e mestiço que se reinventou em dimensão lúdica – Garrincha sendo a encarnação concreta da possibilidade de transformar uma deficiência (as pernas tortas) em vantagem. “O Brasil triste, sem sorte, derrotado dos últimos anos românticos do futebol, tornou-se outro em 1958, ano em que Garrincha se consagrou e Pelé surgiu”, escreveu Máximo (2006). São narrativas que revelam o rico manancial de contradições de um país, que se reconheceu de tal modo num jogo que terminou não apenas por recriá-lo à sua maneira, mas também sendo recriado por ele.

BIBLIOGRAFIA

- BENJAMIN, Walter. “O Narrador. Considerações sobre a Obra de Nikolai Leskov”, in *Obras Escolhidas*. São Paulo, Brasiliense, 1985.
- BRUNI, José Carlos. “Apresentação”, in *Revista USP*, n. 22, Dossiê Futebol. São Paulo, CCS/USP, 1994.
- CASTRO, Ruy. *Estrela Solitária: um Brasileiro Chamado Garrincha*. São Paulo, Companhia das Letras, 1995.
- DaMATTA, Roberto. “Dona Flor e Seus Dois Maridos: um Romance Relacional”, in *A Casa e a Rua: Espaço, Cidadania, Mulher e Morte no Brasil*. Rio de Janeiro, Rocco, 1997.
- FREYRE, Gilberto. *Sobrados e Mucambos: Decadência do Patriarcado Rural e Desenvolvimento do Urbano*. 15ª ed. São Paulo, Global, s.d.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. São Paulo Companhia das Letras, 1995.
- MÁXIMO, João. *Brasil, Um Século de Futebol*. São Paulo, Aprazível Edições e Arte, 2006.
- NOGUEIRA, Armando. *A Gíngã e o Jogo*. Rio de Janeiro, Objetiva, 2003.
- PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. *Footballmania: Uma História Social do Futebol no Rio de Janeiro (1902-1938)*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 2000.
- RISÉRIO, Antonio. *A Utopia Brasileira e os Movimentos Negros*. São Paulo, Ed. 34, 2007.
- RODRIGUES, Nelson. *A Pátria em Chuteiras*. São Paulo, Companhia das Letras, 1994.
- SEVCENKO, Nicolau. “Futebol, Metrôpoles e Desastinos”, in *Revista USP*, n. 22, Dossiê Futebol. São Paulo, CCS/USP, 1994.
- SUSSEKIND, Hélio. *Futebol em Dois Tempos*. Rio de Janeiro, Relume-Dumará, 1996.
- LÉVI-STRAUSS, Claude. *O Cru e o Cozido*. São Paulo, Cosac & Naify, 2004.
- RAMOS, Nuno. “Os Suplicantes (Aspectos Trágicos do Futebol)”, in *Ensaio Geral*. São Paulo, Globo, 2007.